

Você sabia ?



MST na luta pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa

Reginaldo de Freitas, dirigente do Sintect/JFA

No dia 25 de março, a Fazenda Fortaleza de Santana em Goianá, próximo a Juiz de Fora, foi ocupada pelo MST. Segundo os líderes do movimento, a prioridade será para os que moram na fazenda, podendo agricultores da região se beneficiarem também.

Em novembro, um laudo do INCRA atestou a improdutividade da fazenda, abrindo caminho para a desapropriação da área e posterior utilização para reforma agrária. O processo de desapropriação, segundo o INCRA, está em fase final. Esta ocupação tem o propósito de acelerar o processo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores sem Terra, realizado entre 21 a 24 de janeiro de 1984, em

Cascavel, PR. Hoje está organizado em 22 estados, seguindo os mesmos objetivos quando da sua criação e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, PR (1985): lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

O MST através de manifestações e ocupações busca pressionar o governo a acelerar a reforma agrária e garantir o acesso à terra para milhares de trabalhadores rurais. A reforma agrária é realizada em nosso país observando as leis vigentes.

Os trabalhadores rurais sem terra além da oportunidade de trabalho buscam a justiça social através da reforma agrária, produzindo em terras ociosas.



Norma regulamentadora -NR17- protege saúde do trabalhador

Por Sandro Alves Tavares, assessor jurídico do Sintect/JFA

A portaria 153, que criou o anexo II da NR 17 (Norma Regulamentadora) do Ministério do Trabalho, em conjunto com a própria NR 17, estabelece parâmetros aplicáveis à função de teleatendimento e feixes de tarefas que os trabalhadores do CAC Barbacena desempenham.

A norma em questão traz significativos avanços no que tange a proteção da saúde e segurança dos obreiros, prevenindo a sobrecarga, psíquica, muscular estática de pescoço, ombros, dorso e membros superiores. As empresas devem permitir a fruição de pausas de, no mínimo, 10 minutos a cada 90 minutos trabalhados, incluídas na jornada normal de trabalho, atendendo ao disposto na alínea "b" do item 17.6.3 da NR-17.

Devem ser garantidas pausas no trabalho imediatamente após atendimento onde haja ocorrido ameaças, abuso verbal, agressões ou que o atendimento tenha sido especialmente desgastante, que permitam ao operador recuperar-se e socializar conflitos e dificuldades com colegas, supervisores ou profissionais de saúde ocupacional especialmente capacitados para tal acolhimento.

É proibida também a utilização de métodos que causem pressão de trabalho, assédio moral,

medo ou constrangimento, tais como:

- a)estímulo à competição entre trabalhadores ou grupos/equipes de trabalho;
- b)exigência de que os trabalhadores usem, de forma permanente ou temporária, adereços, acessórios, fantasias e vestimentas com o objetivo de promoção e propaganda;
- c)exposição pública das avaliações de desempenho dos operadores;
- d)avaliações dos trabalhadores de curto prazo, tais como monitoramento eletrônico da atividade instantâneo, minuto a minuto, horário e diário.

Além disto, nos termos do art. 154 e 157 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), art. 19, §1º da lei 8213/91 e item 1.7. da NR -1 (Portaria 35/83 do Ministério do Trabalho), o empregador tem a obrigação de cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, devendo adotar medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador.

O anexo II da NR 17 visa objetivamente evitar problemas relacionados à saúde do trabalhador:

1. LER/DORT;
2. doenças psíquicas;
3. assédio moral – com avaliações inadequadas e inseguras.

ECT não consegue voltar aos trilhos

É lamentável ver uma empresa com tamanha credibilidade despencar do pódio mais rápido do que subira, apesar de todos os questionamentos quanto à gestão da ECT, da falta de qualificação, dos métodos arcaicos de avaliação, da falta de compromisso com usuários e funcionários, dos abusos da direção, da corrupção e da impunidade que por um longo período ocuparam as principais manchetes nos jornais, causando marcas profundas em nosso currículo público.

Hoje, mesmo com os esforços dos funcionários da ECT, mal conseguimos sustentar nossos argumentos perante o quadro que nos assola, reclamações após reclamações. Assim é o nosso dia-dia em contato com os usuários. Mesmo para os funcionários que não têm a oportunidade de servir diretamente ao público, basta acessar a internet e pesquisar sobre Correios, logo virá um batalhão de reclamações seguidas de várias justificativas infundadas da ECT.

Também são alvos diretos da péssima administração dos Correios os funcionários que praticamente viraram reféns de toda esta baderna. Principalmente na DR/MG é quase impossível conseguir uma transferência. Mesmo que a localidade de destino tenha vaga disponível, ninguém sai, contrariando um direito estabelecido em norma no próprio manual da empresa.

Ímúmeros trabalhadores estão pedindo demissão ou se afastando definitivamente de suas atividades na empresa e a solução apontada pela gestão é mais um novo e equivocado procedimento, "tratar o absenteísmo com carinho", ou seja, intimidar e perseguir os trabalhadores atingidos por doenças, em muitos casos doenças adquiridas no próprio exercício da função. É um povinho elitizado que nunca suou camisa. Isso tem que mudar!

Sindicalize-se!

O Sintect/JFA conta com você!

Sindicalize-se preenchendo a ficha de filiação que você encontra em nosso site www.sintectjfa.org.br ou entre em contato com a diretoria do Sintect/JFA através do telefone (32)3215-5318 ou pessoalmente em nossa Sede Social, na Marechal Deodoro, 447/301.

A sindicalização é um direito do trabalhador e um verdadeiro exercício de cidadania. Os sindicatos são os legítimos representantes dos trabalhadores junto aos empregadores e sindicalizar-se significa participar de ações que valorizam o ofício de cada trabalhador. É lutar para manter direitos já conquistados e para ampliá-los.



Fundado em 21 de novembro de 1988
Fillado a FENTECT CUTI

Notícias Sindicais

Informativo Mensal do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região - www.sintectjfa.org.br

Março de 2010

Reestruturação sim, privatização NÃO!

Há muito tempo a ECT vem sendo ameaçada pelo neoliberalismo e seus projetos de privatização e desmonte do Estado. Todo esse processo teve várias etapas e incursões, mas se intensificou durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O primeiro ataque foi em 1989, onde a ECT concedeu franquias de agências de correios a 1400 empresários sem critérios definidos, o que dificulta a manutenção do subsídio cruzado que favorece em muito as regiões deficitárias do país.

Passou pelo arrocho salarial dos trabalhadores ecetistas no governo do então presidente FHC, onde ficamos por oito anos consecutivos sem reajustes salariais através da política maldosa dos abonos salariais e reajuste zero, que gerou uma grande defasagem salarial para os ecetistas. Neste mesmo período foi implantado um PCCS que retirou vários direitos dos trabalhadores para favorecer a privatização. Em 1998, foram criadas as portarias 141 e 311 que flexibilizaram a entrega domiciliar nos municípios com menos de 50 mil habitantes, precarizando o atendimento a sociedade. Em 1999 foi apresentado pelo executivo o Projeto de Lei 1491 que altera a Lei Postal 6538/78, visando a transformação da ECT em Empresa Sociedade Anônima de Economia Mista, atendendo à política do Banco Mundial de desestatização e desmonte do estado, seguido pelo governo brasileiro.

Em 2003 foi impetrada pela Associação Brasileira de Empresas de Distribuição (ABRAED), Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de nº46, que questionava no Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade do Monopólio Postal. Em 2008 o Deputado Regis de Oliveira

(PSC/SP), através de seu Projeto de Lei o PL 3677/08, tenta modificar a Lei Postal para que outras empresas como Fedex, DHL e outras atuem no mercado brasileiro. Isto comprometeria em 50% a receita da ECT inviabilizando a socialização do serviço postal brasileiro. Em 2009 o Ministério das Comunicações com o argumento da necessidade de modernização da ECT criou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para fazer um relatório sobre a ECT e sua Transformação, em que ao final do mesmo ano foi concluído, tendo o relatório sido apresentado ao Presidente Lula, que autorizou a transformação da ECT em Correios do Brasil S.A. Esta transformação será através de uma Medida Provisória (MP), encaminhada à casa Civil e posteriormente ao Congresso Nacional para ser votada.

A última fase deste processo são os ataques da mídia capitalista que vem diariamente mostrando as dificuldades operacionais da ECT, em que a sociedade é

favorecendo assim os interesses escusos de quem tenta entregar de bandeja mais um

patrimônio do povo brasileiro.

Como vimos nos últimos 21 anos, a ECT vem sofrendo duros ataques no intuito da privatização. Todo esse processo vem sendo barrado pelo movimento sindical e pelos trabalhadores, juntamente com alguns parlamentares que abraçaram a nossa causa e defendem o **Correio Público e de Qualidade**. Diante do desmonte logístico e estrutural que a ECT teve durante este duro processo, vemos sim a necessidade da reestruturação, mas qual reestruturação queremos?

Vamos aceitar a reestruturação da privatização e do desmonte logístico da ECT ou vamos exigir a discussão da reestruturação que melhora as condições de trabalho e salário dos ecetistas, que capacite e qualifique os trabalhadores, gestores e administradores postais, que acabe com a terceirização do setor



EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região - Sintect/JFA
Rua Marechal Deodoro, 447/301 - Centro - Juiz de Fora/MG - 36013-001 - e-mail: sindjfa@ig.com.br - Tel: (32)3215-5318 - Fax: (32)3217-9729

Presidente: Josimar de Castro - Jornalista Responsável: Munique Duarte - MTE 08612 - Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941 - Tiragem: 1200



“ACORDA MINAS!”

Poeira e tinta nas agências

Custe o que custar, tem que inaugurar!

Com ou sem poeira? Até os próprios operários da construção civil ficam estarrecidos ao presenciarem os funcionários dos Correios, em sua maioria carteiros e atendentes, em meio a poeira e escombros, participando mais que diretamente das reformas nas unidades operacionais. A justificativa para o descabro é que não haveria outra edificação com capacidade para receber durante a reforma os equipamentos e os funcionários. Assim, as obras seguem o seu curso, deixando para trás um rastro de desleixo, desrespeito e doenças que surgirão em virtude da irresponsabilidade da nossa administração que está se lixando para o bem estar e direito dos trabalhadores. Como se não bastasse, até os chefes das unidades viraram mestres de obra, devido à escassez de profissionais nos Correios habilitados nesta área. O risco é eminente, basta observar o CDD/Muriá, ou canteiro de obras se houver distinção.

Mas nem sempre a história é assim. Nas unidades administrativas, a reforma ocorre sem que os trabalhadores participem comendo pó e cheirando tinta. Geralmente a unidade é esvaziada e fechada para reforma. Aconteceu isso no CECOR/MG e em outras unidades. Esse é o procedimento correto. Essa é uma norma que visa proteger os trabalhadores, enquanto os carteiros, atendentes e OTTs são menosprezados e confundidos com os demais descartes da DR/MG.



Em Muriá, os empregados dos Correios convivem diariamente com a poeira e o barulho das reformas. Essa realidade se repete em muitas unidades pelo Brasil a fora.



Em falta

Uniforme tem, o que falta é gestão e responsabilidade

O Diretor de Administração da ECT, Roberto Santos, e a equipe responsável pelo gerenciamento de Compras, Estoque e Abastecimento da ECT reuniram-se com os representantes da Fentect para tratar da falta de abastecimento dos EPIs, uniformes e outros materiais nas unidades da ECT. Na ocasião, foi feita uma apresentação de slides por parte da ECT, mostrando a forma de organização do setor responsável pelo estoque e abastecimento, que conta hoje com dois centros: **CD Leste**, localizado em São Paulo, que é responsável pelo abastecimento da região Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, e o **CD OESTE**, localizado em Brasília, e é responsável pelo abastecimento das regiões Norte (exceto MS), Nordeste, Centro-Oeste e Minas Gerais.

Na reunião, foram pontuados os problemas identificados, através de denúncias feitas pelos sindicatos, em nível nacional. Segundo o relato dos representantes da ECT, com exceção de Caixetas, CDLs e Bases, que estão em fase final de licitação, o fornecimento dos demais materiais estaria “normal”. Quanto aos EPIs e uniformes, foi dito que estão em falta calças e botas para motorizados, por conta de quebra de contrato por parte de fornecedores e que em relação ao tênis para carteiro foi contratado um novo fornecedor, sendo que já foram recebidos os dois primeiros lotes. Segundo a ECT, em breve esta questão estará normalizada. Outro item considerado faltante é o chapéu para carteiro, também justificado por falta de fornecedor, mas, em contrapartida, a ECT alega ter bonês à vontade para fornecimento.

Para surpresa dos representantes dos trabalhadores, em visita ao galpão de armazenamento, constatou-se que muitos dos itens, que para nós são faltantes, a empresa os tem armazenados em quantidade suficiente para distribuição. O Diretor de Administração, Roberto Santos, justifica que pode estar havendo uma falha de comunicação entre o setor e os gestores das unidades, pois, como ficou comprovado, com algumas exceções, tem estoque suficiente para atender a demanda, atribuindo a falha ao cadastro desatualizado nas unidades.

Diante disso, cabe aos sindicatos orientar os trabalhadores no sentido destes cobrarem atualização de cadastro, principalmente aqueles que foram transferidos ou assumiram outro cargo. Os representantes da ECT, diante do problema, comprometeram-se em manter um canal de discussão direto com a Fentect no sentido de minimizar os problemas relacionados ao suprimento.



Para trabalhar com segurança os empregados ecetistas precisam de uniformes, sapatos e outros equipamentos em condições de uso

Saúde & você

Por Geraldo França,
diretor de Saúde do Sintect/JFA

Seminário discute saúde do trabalhador

O Sintect/JFA participou nos dias 26 e 27 de março do Seminário Saúde do Trabalhador. As discussões proferidas foram importantes, visto que hoje saúde, segurança e condições do trabalho estão na pauta do trabalhador, que vem há anos sofrendo o descaso, o assédio e as péssimas condições de trabalho oferecidas pelo empregador.

No Seminário foram discutidos vários assuntos inerentes tanto ao empregado quanto ao empregador, como nexo epidemiológico, cats, ações do Desat nas investigações das doenças do trabalho e as reabilitações físicas e profissionais do INSS.

No encontro também esteve presente o Procurador do Trabalho, José Reis, que nos falou sobre a atuação do Ministério Público em defesa do trabalhador. O gerente do INSS, Paulo Cirino, não compareceu, com falta injustificada. Sobre esta situação, protocolamos uma moção de repúdio contra o gerente do INSS que pela

segunda vez não esteve presente em um seminário dos trabalhadores, deixando muitos dos presentes em dúvida sobre várias questões que podiam ser esclarecidas por ele. Já a presença da chefe do Desat, Meire Cristina, ajudou a discutir sobre o departamento de saúde do trabalhador, um órgão importante que muitas vezes é pouco divulgado pelos sindicatos.



Participantes do Sintect/JFA durante o Seminário

“Opi-”



Cleber Pereira
Dir. de Divulgação e Cultura

“As eleições do Sintect/JFA este ano mostraram que realmente o trabalho do Sindicato está no caminho certo, pois a evolução dos trabalhadores(as) da base ficou clara. Esta evolução é fruto de um trabalho que a atual diretoria fez ao longo dos últimos três anos de gestão, onde em nenhum momento obrigamos ou impusemos nada aos trabalhadores(as). Todos os movimentos e manifestações sempre foram pautados em cima da conscientização e politização dos trabalhadores(as). E a resposta deste trabalho veio nas eleições em que os trabalhadores(as) buscaram informações, foram atrás das propostas de cada chapa, questionaram e cobraram, para somente depois fazerem suas escolhas com consciência, mostrando assim uma grande maturidade e também consciência da importância do Sindicato. A categoria deve ser atuante não somente em época de eleições sindicais. Deve estar sempre junto ao Sindicato, cobrando, apoiando, sugerindo, para que juntos, Sindicatos e trabalhadores, tornem-se cada vez mais fortes e vencedores.”



Reginaldo de Freitas
Dir. de Relação Sindical

“A conscientização dos trabalhadores e trabalhadoras é com certeza externada pelo grau de participação nas eleições. A partir dos números nos é possível decifrar o perfil de nossos eleitores e o grau de politização, bem como os rumos a seguir. Vimos neste último pleito o quanto crescemos, o quanto evoluímos. A evolução não aconteceu de forma isolada. Crescemos juntos, diretoria e trabalhadores. Esta conscientização foi determinante para que não houvesse dúvida alguma em externarmos nossa composição. Não mentir foi o diferencial que nos conferiu mais um mandato. As eleições confirmaram o que já sabíamos: que a categoria dos trabalhadores dos Correios é politizada, e graças a esta consciência conquistamos inúmeros benefícios (observação feita pelo Ministro do TST, Dr. Dalacenz). Assim registramos com muita alegria o comprometimento dos trabalhadores com seus representantes legais.”



João Ricardo Guedes (Índio)
Diretor Financeiro

“Com certeza, mais uma vez a categoria mostrou que além de ser consciente, soube reconhecer o trabalho que foi feito neste mandato que se encerra. Trabalho voltado exclusivamente para base, onde obtivemos inúmeras vitórias, desde as adicionais conquistadas até as reintegrações de companheiros que foram demitidos injustamente. Mesmo com manifestações e atitudes de gestores que queriam a derrocada da atual diretoria, conseguimos obter uma vitória dentro da transparência e da lisura. Parabéns aos companheiros que exerceram o espírito democrático do voto consciente. Agradecemos aqueles que nos confiaram mais um triênio à frente deste Sindicato e os apoios que vieram de sindicatos engajados, sempre na defesa incondicional do trabalhador.”



Josimar de Castro
Presidente

“A eleição deu vida ao movimento sindical, despertou a consciência do trabalhador que se encontrava preso ao chamado ‘capachismo’, ou à subserviência aos patrões, deu vida ao cidadão. Atingiu a sua principal meta que é a politização da classe, sobretudo dos trabalhadores de base. É a força que nos permite ter confiança nos nossos esforços e não desistir diante da grandeza das tarefas.”

Acesse
mais
informações no
www.sintectjfa.org.br

Somente no Brasil existe monopólio postal?

Os Correios públicos de todo planeta possuem atuação exclusiva, excetuando-se os da Finlândia, Suécia, Nova Zelândia e Argentina, sendo que este último é o único país cujo correio não tem capital governamental.

O monopólio é a forma mais utilizada para financiar a universalização dos serviços postais e garantir a presença do operador público em todas as regiões do país, principalmente nas localidades mais deficitárias. A manutenção do serviço postal universal é o aspecto que norteia os processos de reforma postal.

Cabe ressaltar que a Comunidade Européia está adotando uma gradativa e controlada abertura do setor. Entretanto, esta Comunidade é integrada por países que têm condições invejáveis de desenvolvimento e, mesmo assim, promoveram até agora uma abertura inferior a 20% do mercado. Temos que ressaltar também que o monopólio postal brasileiro é que subsidia a grande atuação social da ECT, que tem projetos importantíssimos para a sociedade, principalmente a parcela mais carente. Como exemplo, temos a carta social, com um valor simbólico, qualquer pessoa pode enviar para qualquer parte do país, com o mesmo tratamento das outras correspondências, sem falar no projeto Papai Noel dos Correios, em que várias crianças carentes são beneficiadas, e também no PNL (Programa Nacional do Livro Didático) através do qual, em parceria com o MEC, os Correios distribuem mais de 100 milhões de livros didáticos nas 140 mil escolas públicas brasileiras (apenas 1% dos livros não chega na data prevista).

Tudo isso mostra a importância do monopólio postal, para que a ECT continue sendo uma empresa pública, referência de atuação e demonstração viva do quanto o Brasil, na medida em que se respeita, na medida em que acredita em si mesmo, pode competir com qualquer país do mundo.